|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DO PANTANAL-MT – CERBPANTANAL-MT EM 2024.** | | | | | |
| **Pauta:** | 1. Aprovação da ATA da 1º Reunião Extraordinária do CERBPantanal-MT de 2024;  2. Ordem do dia:  2.1 Apresentação ONG Panthera das ações do PA da RB Pantanal executadas no período 2020-2023;  2.2 Apresentação do ICMBio das ações do Plano de Ação da RB Pantanal executadas no PARNA Chapada dos Guimarães no período 2020-2023.  2.3 Renovação do selo "Iniciativa Amiga RBP", Fase 1.  3. Informes:  3.1 Encaminhamento do Termo de Referência para contratação de Consultoria responsável pela elaboração do Plano de Ação da RB Pantanal, período 2024-2026/1, ao Programa REM-MT. | | | | |
| **Local:** | Reunião virtual na sala: [https://us02web.zoom.us/j/88545160091?pwd=L1NpWU5vSU85aTNVRG5qNUFWaG5iQT09](https://www.google.com/url?q=https%3A%2F%2Fus02web.zoom.us%2Fj%2F88545160091%3Fpwd%3DL1NpWU5vSU85aTNVRG5qNUFWaG5iQT09&sa=D&ust=1709667900000000&usg=AOvVaw1iCQiGrbt-7lJ-Po8jX5vu). | | | | |
| **Data:** | 15/03/2024 | **Início:** | 09h15 | **Término:** | 11h35 |
| **Presidente:** | Sanny Costa Saggin (SEMA) | | | | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Membros do CERBPantanal-MT presentes:** | |
| **Nome** | **Instituição** |
| Alexandre Enout | RPPN SESC Pantanal |
| Carolina Joana da Silva | Presidente CN RB Pantanal |
| Fernando Tortato | ONG Panthera |
| Fernando Xavier | ICMBio |
| Flaviane Veras | ONG Panthera |
| Gabriela Priante | Secretaria Executiva CN RB Pantanal |
| Hélida Bruno Nogueira Borges | SEMA |
| Leandro Carvalho Lima | SEDEC-Turismo |
| Luana Caubaz | RPPN Cachoeira do Tombador - Votorantim |
| Mirella Almeida Soares | Vice-Coordenadora do CERBPantanal-MT |
| Sanny Costa Saggin | Coordenadora do CERBPantanal-MT |

|  |  |
| --- | --- |
| **Relatos** | |
| Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) | Agradeceu a presença de todos e verificou se havia quórum para a reunião. Salientou que todos receberam a ATA da 1ª RE do Comitê em 2024, enviada como anexo na convocação para a presente reunião, e perguntou se alguém teria sugestões de alteração e/ou complementação ao documento. A ATA foi aprovada por unanimidade. Em seguida deu início às atividades previstas na Ordem do dia, com apresentação da ONG Panthera sobre as ações do PA da Reserva da Biosfera (RB) Pantanal, período 2020-2023, executadas pela entidade. |
| Fernando (ONG Panthera) | Explicou que embora a Panthera não tenha nenhuma atividade específica no PA RB Pantanal, período 2020-2023, executou várias ações que contribuíram com a reserva neste período. Informou que a Panthera é uma Organização Não Governamental (ONG) internacional que trabalha em prol da conservação de felinos no mundo. Tem por missão garantir um futuro para os felinos selvagens e as vastas paisagens das quais elas dependem. A visão é de um mundo onde os felinos selvagens prosperem em paisagens saudáveis, naturais e desenvolvidas que sustentem as pessoas e a biodiversidade. A ong possui uma propriedade denominada “Jofre Velho” localizada na zona de amortecimento da RB Pantanal, às margens do rio Cuiabá no final da rodovia Transpantaneira, na localidade de Porto Jofre. A área é de 10.000 ha e sua antiga atividade produtiva era a pecuária. Atualmente funciona como uma Estação de Pesquisa. Está inserida no chamado Complexo do rio Cuiabá, com cerca de 2.000.000 ha, onde estão inseridas unidades de conservação (UCs) federais e estaduais, além de áreas privadas. As UCs são a RPPN SESC Pantanal (Zona Núcleo), PE Encontro das Águas, RPPN Poleiro Grande, RPPN Dorochê (Zona Núcleo), PARNA Pantanal Mato-Grossense (Zona Núcleo), RPPN Jubran (Zona Núcleo), ESEC Taiamã (Zona Núcleo), PE Guirá, RPPN Acurizal (Zona Núcleo), RPPN Penha (Zona Núcleo) e RPPN Eliezer Batista. Sete delas foram indicadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Zonas Núcleo da RB Pantanal. É nessa região que a ONG desenvolve suas atividades. Cerca de 80% da fazenda é inundada nos períodos de cheia; 75% da área é formada por campos, brejos e água e 25% são florestas, florestas ripárias e cambarazais. A ONG concentra suas atividades em quatro eixos. O eixo “Pesquisa” é o mais forte, mantendo parcerias com as universidades de Montana, nos Estados Unidos, e da África do Sul. As pesquisas são desenvolvidas na fazenda e entorno desde 2008. Nos últimos quatros anos estão sendo elaborados dois doutorados (01 com ecologia e conservação de Jaguatirica e outro com Ecologia Política relacionado com o turismo de observação de onça), e três mestrados (01 ecologia de onça pintada e consciência cidadã, 01 sobre o aspecto governança e turismo de observação de onça pintada), sendo que este pesquisador atua como coorientador. Na fazenda as pesquisas são desenvolvidas por membros da ONG e também por pesquisadores e alunos de universidades brasileiras e internacionais. O segundo eixo de atuação da PANTHERA é o “Ecoturismo”. Até 2011 a ONG estava focada no monitoramento dos felinos, com captura e uso de colar para rastreamento visando conhecer a ecologia destes animais. Nesse ano ocorreu um conflito com guias e outros operadores do turismo e fotógrafos de natureza que não concordavam com as onças pintadas usando colar. Coube a este pesquisador envolver esses segmentos nos estudos que a ONG vinha desenvolvendo. Ainda nesse ano os guias e demais operadores do turismo de observação de onças se sentiram excluídos pela Resolução CONSEMA nº 85, de 18/08/2011, que dispõe sobre a regulamentação de observação de Onças Pintadas ( *Panthera onca* ) ou Pardas ( *Puma concolor* ) em vida livre no Estado de Mato Grosso. A ONG estava de acordo com os termos da normativa, mas buscou mediar o conflito entre Estado e trade turístico organizando workshops em 2012, 2013 e 2014 para tratar do turismo de observação de onças, com participação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso (Sedec-Turismo), Polícia Ambiental, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e operadores do turismo, quando foi fortalecido o desenvolvimento de boas práticas, além do repasse de informações, capacitações e folders relacionados ao turismo de observação das onças. Ainda em 2024 a ong mantém parceria com a Sema e a Sedec com intuito de publicar mais material informativo sobre o turismo sustentável de observação de onças nessa região. Salientou que este tipo de turismo está crescendo muito no Pantanal. A intenção da ong é de fornecer informações de qualidade e promover o turismo sustentável. Complementou afirmando que a má gestão no turismo pode causar danos à fauna sob monitoramento. Além dos subsídios técnicos a ong oferece apoio logístico, com muitas capacitações. Por exemplo, foi realizada uma parceria com a Marinha do Brasil visando ordenar o ecoturismo de navegação. Muitos “piloteiros” não tinham o documento de Marinheiro Auxiliar Fluvial, necessário para exercer esse tipo de turismo. Outro eixo de trabalho da Panthera é chamado “Coexistência”, um termo que vem sendo muito discutido na área científica a partir de quatro cenários na interface humano-fauna: a) interface é ruim para o animal, mas é boa para a pessoa (exemplo: o fazendeiro mata o animal), b) interface boa para o animal, mas ruim para a pessoa (exemplo: o animal está protegido, mas o fazendeiro tem prejuízo), c) interface ruim para o animal e para a pessoa e d) interface é boa para os dois – animal e pessoa. Essa última alternativa é chamada de “coexistência”. Nesse sentido o turismo é positivo porque agrega valor para a onça pintada e para a biodiversidade, mas é preciso ter empatia com o fazendeiro reconhecendo seus prejuízos quando a onça ataca o gado e se ele abater a onça estará cometendo um crime. A Panthera procura estabelecer uma relação de confiança com o fazendeiro buscando juntos soluções para o problema. Em cada caso se tenta buscar meios de reduzir a vulnerabilidade do rebanho e explicar ao fazendeiro como é a ecologia da onça visando reduzir o prejuízo decorrente do seu ataque. A ong entende que o fazendeiro é o que melhor conhece o território da fazenda e, em função disso é proposto elaborar um “mapa de risco”, identificando os locais onde o gado é mais predado pelas onças. Por exemplo, mudar de local o rebanho de bezerros, que é o mais indefeso, ou instalar cerca elétrica a noite no piquete o que reduz muito a vulnerabilidade do gado. A entidade procura sempre não fazer falsas promessas porque os pesquisadores sabem que a onça é um animal muito inteligente que vai estar sempre buscando meios de se beneficiar das situações. A ong argumenta com o fazendeiro que haverá redução das perdas, mas não é possível evitar todos os ataques aos animais. Comenta que uma repórter perguntou a ao gerente da fazenda Jofre Velho se a onça é um problema para o gado e ele respondeu que sim, mas que o maior problema de fato é o salário mínimo uma vez que este vem junto com más condições de trabalho. Isto significa que nos casos em que a fazenda tem uma boa gestão os funcionários trabalham com mais disposição, resultando em redução dos riscos ao gado. A ong também procura estabelecer uma relação entre o turismo e os fazendeiros, fazendo com que a onça gere benefícios. A Fazenda Piuval, localizada próximo a Poconé, é um bom exemplo de “coexistência”. Nela a pecuária é muito produtiva e o turismo é bem-sucedido. Atualmente o proprietário está buscando meios de reduzir as perdas com o ataque de onças ao rebanho. Até então não havia preocupação com o ataque das onças porque o lucro com o turismo era muito significativo. O proprietário estabeleceu parceria com a Panthera, que deu suporte para a instalação de cercas elétricas, e a ong Amparo Animal, que colocou um veterinário à disposição da fazenda, o que resolveu o problema de ataque de onças ao gado. A Panthera e a Amparo Animal estão atuando juntas com outros proprietários rurais num esforço único para reduzir as perdas de gado em consequência da predação por onças. As práticas do eixo “Coexistência” são usadas pela ong em outras regiões do Brasil. O quarto eixo de trabalho é a “Educação”, que vai além da capacitação dos “piloteiros”. A fazenda Jofre Velho possui uma escola que atende um número variado de estudantes (2022=8, 2023=13, 2024=06). Todos fazem parte da população ribeirinha que trabalha nas fazendas do entorno; é a única escola num raio de 80 Km, estando a mais próxima localizada na fazenda São João, de propriedade da Camargo Corrêa. Este fato dificulta a vida das famílias que podem trabalhar no turismo, com a mãe empregada em pousada e o pai como “piloteiro”, mas não têm onde deixar as crianças. A ong oferece às famílias a escola, deixando claro “que é a onça que está pagando a conta”. Todas as despesas com material escolar, computadores e outros equipamentos são pagas com doações recebidas pela Panthera. Os alunos ocupam uma única sala com ensino multiseriado, o que é um desafio para a professora, mas o esforço vale a pena para a ong. O serviço é disponibilizado desde 2012. Ex-alunos que hoje trabalham com turismo de observação da onça visitam com frequência a fazenda Jofre Velho. O eixo “Educação” não é um trabalho diretamente relacionado com a missão da Panthera, mas foi necessário para trazer a comunidade para dentro do projeto, envolvendo a sociedade em geral. Um quinto eixo foi definido em 2020, apesar dessa demanda presente em anos anteriores, diz respeito à prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2012 e 2013 ocorreram incêndios que atingiram quase toda a fazenda, mas neste período não havia pesquisadores e funcionários morando no local o que apenas se realizou em 2014. Em 2018 ocorreu um novo incêndio, em menor escala (ca. 2000 ha), combatido pelos funcionários da Jofre Velho e Corpo de Bombeiros. Em 2020 cerca de 80% da fazenda foi queimada apesar de à época serem executados 70 Km de aceiros, parte deles mantidos atualmente, e viu-se a necessidade de criar uma brigada específica da fazenda inicialmente em parceria com o Instituto Homem Pantaneiro (IHP). Hoje a brigada tem mais autonomia para atuar localmente, sendo que vários funcionários têm treinamento para combater incêndios. Em 2021 a brigada da Panthera foi a primeira a atuar no combate aos incêndios no Parque Estadual (PE) Encontro das Águas, que foi reportado às 09h00 e às 11h00 a equipe já estava combatendo o fogo, demonstrando o papel da brigada de atuar localmente dando respostas rápidas no combate aos incêndios florestais. A Panthera sabe que estação seca a cada ano está mais longa e terá que atuar preventivamente. Em 2023 houve um incêndio atípico porque se deu durante a estação chuvosa que queimou aproximadamente 1.400.000 ha do Pantanal, evento mais preocupante que o incêndio de 2020 iniciado em julho e com término em novembro.  A Panthera, além do apoio da brigada, pode oferecer ajuda na prevenção por meio do monitoramento com câmeras da fauna antes e depois do fogo. São várias as pesquisas voltadas ao entendimento do impacto do fogo na biodiversidade do Pantanal. A ong tem contribuído produzindo artigos científicos sobre o impacto do fogo para as onças e os demais vertebrados do Pantanal. Foram realizados estudos em parceria com a fazenda Caimã, em MS, e na fazenda Jofre Velho. Desta forma, a Panthera está produzindo informações técnicas de qualidade para subsidiar gestores e sociedade no planejamento da prevenção e combate aos incêndios florestais no Pantanal. A Jofre Velho tem como vizinhos a fazenda São Bento que trabalha com a pecuária, o PE Encontro das Águas, a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) SESC Pantanal e a Terra Indígena (TI) Baía dos Guatós. O conjunto forma um mosaico de proteção ao Pantanal. Informou que está em processo a criação de uma RPPN da Panthera de 635 ha, em MS, cuja vegetação foi inventariada, se destacando a floresta de galeria formada por árvores altas como Jatobá e Manduvi. Acredita que até o final do semestre o decreto de criação seja publicado. Existe a possibilidade de parte da Jofre Velho também se tornar uma RPPN em MT. Afirmou que a região de Porto Jofre é muito importante para estudos com as onças, mas considera essencial trabalhar em conjunto com a comunidade pantaneira, uma vez que 95% da área do Pantanal é ocupada por propriedades rurais. A ong procura sempre mostrar aos pesquisadores, principalmente estrangeiros, que a convivência com as propriedades rurais é positiva, pois a atividade de pecuária extensiva existe a 300 anos no Pantanal e, mesmo assim, 85% da vegetação estão conservados. Complementa afirmando que atualmente é um desafio conservar o Pantanal porque os novos fazendeiros vêm com outras tecnologias e porque o bioma está cada vez mais seco. Considera a fazenda Jofre Velho um grande laboratório para se fazer pesquisas e se propor soluções para os problemas. Entre 2020-2023 foram publicados 28 artigos científicos em revistas internacionais de grande impacto, resultando em grande visibilidade para o Pantanal, sendo que todos os artigos repercutiram na mídia nacional e internacional. Explicou que a ong dispõe de 10 funcionários, sendo apenas quatro na área técnica, mas tem interesse em ampliar este número na Jofre Velho. Defende que sejam estabelecidas sempre parcerias com outras instituições que estão instaladas na área da RB Pantanal. |
| Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) | Agradeceu o Fernando (ONG PANTHERA) pela apresentação e abriu espaço para comentários dos demais membros presentes à reunião. |
| Alexandre (SESC Pantanal) | Cumprimentou a todos, parabenizou o Fernando Tortato (ONG PANTHERA) pela apresentação e salientou que despertou sua atenção a criação da RPPN em MS. Considera muito importante pelo fato de estar, assim, se construindo um corredor de biodiversidade no Pantanal. |
| Fernando (ONG PANTHERA) | Explicou que a criação se deu a partir do edital do Piúva Rosa, com recursos do Fundo Nacional da Biodiversidade (FUNBIO). A área era fazenda de um norte-americano que vendeu os 635 ha para a PANTHERA. Além dessa área existem ainda 80 ha que eram usados como pastagem e que, no futuro, será ocupada com construções. O ICMBio já fez a vistoria da área. |
| Fernando (ICMBio) | Parabenizou o Fernando (ONG PANTHERA) pela apresentação e destacou a importância da ONG como parceira do ICMBio no combate aos incêndios florestais no Pantanal nos últimos anos, especialmente em 2023. A área da PANTHERA foi a principal base de apoio para o ICMBio, IBAMA, Corpo de Bombeiros, SEMA. Relatou que outras propriedades rurais também foram importantes, cedendo espaço para os brigadistas. Defendeu que a ONG receba maior apoio dos governos federal e estadual porque acredita que os incêndios florestais serão mais frequentes no Pantanal e sabe que os custos operacionais para atender a todos são altos para a PANTHERA. Sugeriu à Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) que essa parceria fosse formalizada com a SEMA, além do ICMBio, como uma medida preventiva à ocorrência dos incêndios. Acrescentou que a fazenda Jofre Velho é o único porto de acesso para o ICMBio e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) transportarem equipamentos e pessoas pelo rio no período de combate aos incêndios florestais. Afirmou que o ICMBio está buscando formalizar a parceria o mais breve possível. |
| Fernando (ONG PANTHERA) | Agradeceu e explicou que a área da Panthera sempre foi espaço de apoio logístico na região há 10 anos. Fazendeiros vizinhos deixam os carros para se deslocar de barco a outras fazendas. Em outra ocasião precisam deixar encomendas par alguém que virá buscar em outra data. Isto porque as pousadas são áreas de negócios e não permitem essa movimentação de pessoas na região. Acrescentou que em 2020 a ong percebeu que deveria estar mais preparada para servir de base de apoio para os brigadistas de outras instituições. Mas, considera que ainda não está totalmente preparada e citou como exemplo que em fevereiro a Panthera serviu alimentação para 60 pessoas que trabalham em instituições do Estado e ongs parceiras. Quando a Panthera se cadastra em editais de pesquisa sempre reserva uma parcela do recurso para atender essas demandas. Relatou que em 2023 elaborou uma proposta junto com a Profª. Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) e o Nuno (ICMBio) visando captar recursos internacionais para o combate aos incêndios florestais no Pantanal. A proposta foi aprovada e foram disponibilizados cerca de US 40.000 para a execução das atividades, como a capacitação para as comunidades do Pantanal e fazendeiros, aquisição de equipamentos e de combustível, produção de vídeos educativos. Esse é um exemplo de ação conjunta do CN da RB Pantanal, ICMBio, PANTHERA e SEMA, no combate aos incêndios no Pantanal. Com relação às parcerias informou que já existe a minuta de Acordo de Cooperação Técnica com a SEMA, para trabalho conjunto com as Coordenadorias de Unidades de Conservação e de Fauna. A formalização com o ICMBio também está em andamento. Ambas instituições poderão contribuir financeiramente com a Panthera no futuro. |
| Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) | Agradeceu ao Fernando (ONG PANTHERA) pelas explicações e solicitou a manifestação da Profª Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal). |
| Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) | Cumprimentou a todos e esclareceu que o Fernando (ONG PANTHERA) falou do projeto aprovado com recursos internacionais. Comenta que a elaboração da proposta por meio de parceria foi muito interessante. Explicou que quando foi aprovada a proposta choveu no Pantanal e o fundo financiador suspendeu o repasse dos recursos. Foi necessário justificar novamente a necessidade de atender a proposta para a capacitação das comunidades pantaneiras e fazendeiros da região, com apoio da Secretária Mauren Lazzaretti e do Presidente do ICMBio. Agora a PANTHERA pode realizar a campanha de conscientização contra os incêndios florestais. Cumprimentou o Fernando (ONG PANTHERA) pelo trabalho da ong no Pantanal e agradeceu a ajuda no combate aos incêndios no PE Encontro das Águas, considerada uma UC muito importante para a RB Pantanal. |
| Fernando (ICMBio) | Cumprimentou a todos e informou que apresentaria as ações executadas no Parque Nacional (PARNA) Chapada dos Guimarães entre 2020-2023. O PARNA é uma UC gerida pelo ICMBio, uma autarquia federal criada pela Lei nº 11.516/2007, que tem como atribuição fazer a gestão das UCs Federais, incluindo o “poder de polícia ambiental para a proteção das UCs” mesmo quando ocorre um dano ambiental fora da UC. Por exemplo, grande parte das nascentes e córregos que formam a Cachoeira Véu de Noiva estão localizados fora dos limites da UC. Caso sejam realizadas atividades que afetam a biodiversidade desses cursos d’água no âmbito da UC o ICMBio tem a prerrogativa de atuar fora em função da relação de nexo de causalidade. O PARNA tem por objetivos proteger e preservar amostra dos ecossistemas, uso pelo público, pesquisa científica e preservação de sítios arqueológicos. Esclareceu que este último item tem tido mais destaque em função da polêmica criada pelas intervenções na região do Portão do Inferno, uma área que abriga três sítios arqueológicos. O PARNA está localizado entre Chapada dos Guimarães e Cuiabá, que detém maior área, cerca de 65%. Foi criado pelo Decreto nº 97.656/1989 e abrange 32.630 ha. O PARNA compõe um mosaico de UCs: Estrada Parque (EP) MT-251, Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada dos Guimarães, PE da Quineira, Monumento Natural (MONA) Mirante, Parque Municipal da Cabeceira do Rio Coxipozinho, RPPN São Luiz, RPPN Hotel Mirante, RPPN da Mata Fria e APA Municipal Aricá-Açu. O mosaico não é reconhecido oficialmente e nem ocorre integração de ações entre União, Estado e Municípios, mas, no entanto, defende que seria muito importante para a RB Pantanal ter um mosaico de UCs protegendo o seu limite norte. Solicitou que o CERBPantanal-MT proponha a criação do mosaico no próximo Plano de Ação da RB Pantanal. Desta forma estariam protegidas as cabeceiras do rio Coxipó. Outro fato a ser considerado é a proposição de criação do Geoparque da Chapada dos Guimarães pela UNESCO cuja aprovação pode ser potencializada pela existência de um mosaico de UCs. Ressalta a necessidade de a equipe propositora da criação do Geoparque procurar conversar com os colegiados da RB Pantanal. Esclarece que a proposta do Geoparque foi reprovada pela Comitiva Científica da UNESCO porque para os avaliadores é o PARNA Chapada dos Guimarães que potencializa o Geoparque e não o inverso uma vez que a UC está implementada e é o grande centro de conservação da biodiversidade na região. O PARNA tem Plano de Manejo elaborado em 2009 (Portaria nº 45/2009) e revisto em 2020 (Portaria nº 1.301/2020). No zoneamento do Plano de Manejo estão definidas zonas “intangíveis” em total de 5.390 ha, correspondendo a 16,52% da unidade. A área da Cachoeira Véu de Noiva é considerada uma zona intangível em função da fragilidade ambiental e da biodiversidade observada nos estudos sobre a vegetação, incluindo encraves de vegetação do bioma Amazônia. Outra zona intangível importante é a área das nascentes, localizadas na borda do planalto com a Depressão Cuiabana, de rios que abastecem o rio Coxipó, como o Mutuca, Paciência, Claro e Salgadeira. Nas zonas intangíveis não é permitido o uso público. O PARNA protege 11 diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado e rica biodiversidade de plantas e animais. Possui Conselho Consultivo com 36 representantes do poder público, academia e sociedade civil. São realizadas muitas pesquisas no PARNA, com 366 autorizações nos últimos anos, de 266 instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais envolvendo 1.494 pesquisadores. O Museu de Etnologia e Arqueologia (MAE) da USP está desenvolvendo estudos no parque. A equipe que trabalha no PARNA é formada por 41 pessoas, sendo três servidores de carreira em atividade e outros dois em teletrabalho atendendo outras UCs, 20 brigadistas, sete terceirizados de apoio a escritório e geral. Cerca de 50% da área do parque está regularizada, onde estão incluídas todas as áreas visitadas pelo público. O PARNA contribui financeiramente com os municípios de Chapada dos Guimarães (R$ 474.651) e Cuiabá (R$704.733) por meio do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) Ecológico, com relação à captação de água para consumo os valores podem atingir R$ 73.860.000 anuais, a visitação resulta no impacto na economia na ordem de R$ 43.326.288,53, auxilia na contenção de erosão de 195.000 toneladas de solos por ano, o rio Coxipó contribui com o abastecimento de 40% da população de Cuiabá, o equivalente a 212.000 pessoas, estando suas nascentes protegidas no parque. Reforça ser necessário discutir a criação do mosaico de UCs porque os danos ao rio Coxipó têm origem na APA da Chapada dos Guimarães. Os desmatamentos das cabeceiras estão ocorrendo na área da APA e uma grande pressão imobiliária em função de uma suposta duplicação da rodovia MT-251, além das áreas com criação de peixes que não sabe se são regulares. Tais ações estão afetando diretamente o rio Coxipó. Com relação ao uso público iniciou criticando o Governo Estadual que afirma ser inadequada a gestão do ICMBio sobre o parque, apesar de o órgão fazer parcerias com o Estado e os municípios. Comentou também que a construção da entrada oficial do PARNA, para visitação à Cachoeira Véu de Noiva, está abandonada desde 2014. O ICMBio não tem autoridade para dar prosseguimento à construção. Somente a SEDEC pode resolver o impasse. Sugere aos demais membros que o CERBPantanal-MT apresente uma moção de apelo ao Governo do Estado solicitando o término da obra ou a sua demolição. Informou que o ICMBio recomendou a demolição da obra em relatório. O PARNA é o 12º parque mais visitado no Brasil, com um pico de visitação em 2019 de 183.592 pessoas. O monitoramento da visitação entre 2010 e 2023 serviu de referência para a concessão de uso da área, sendo os estudos de viabilidade econômica e financeira realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre os atrativos se destaca a área da Cachoeirinha/Namorados que respondeu por 21,2% da visitação do PARNA em 2019. Esse é um atrativo muito visitado pelas pessoas com perfil popular que não têm acesso a balneários públicos para fazer piquenique ou excursões escolares. Além dessa área os demais atrativos avaliados foram a Cachoeira Véu de Noiva (cerca de 75% da visitação), circuito de Cachoeiras, Cidade de Pedra, Rio Claro, São Jerônimo, Travessia e Elizário. O parque é bem avaliado pelos visitantes de acordo como Google (cinco estrelas) e Trip Advisor. Comentou que muitas vezes são os políticos que fazem comentários desabonadores sobre a gestão do parque, mas as informações técnicas demonstram a boa atuação do ICMBio. Considera que o parque é bom para a população e para a economia dos municípios. Lembrou a todos que o ICMBio é responsável por três atividades do PA da RB Pantanal, período 2020-2023. Esclareceu que está repassando dados apenas sobre o PARNA Chapada dos Guimarães, mas, que o ICMBio trará informações sobre outras UCs localizadas na RB Pantanal. Explicou que o ICMBio não tem uma unidade administrativa responsável por todas as UCs federais de Mato Grosso. As UCs do Estado são subordinadas a uma gerência localizada em Goiânia, GO, que é responsável por todas as UCs da Região Centro Oeste, dificultando a organização das informações por Estado. Sugeriu que a RB se manifestasse junto ao ICMBio solicitando um representante da Coordenação Regional em Mato Grosso, inclusive para participar das reuniões do CERBPantanal-MT. Voltando ao PA 2020-2023 afirmou que coube ao ICMBio basicamente divulgar as ações da RB Pantanal, integrar ações da reserva com as do órgão e captação de recursos. Neste sentido o ICMBio recebeu e fez apresentação sobre o PARNA para a Comissão de Avaliação Científica do Geoparque Chapada dos Guimarães, além de visitas em campo, que resultou na proposição por parte dos integrantes da UNESCO de maior divulgação da logomarca do geoparque e informações geológicas nos pontos de visitação, nas trilhas de interpretação e nas ações de educação ambiental realizadas no PARNA. Salientou que o PARNA não está competindo com o geoparque e sim buscando a integração de ambos no intuito de buscar parceiros para realizar ações que beneficiem as duas unidades. Salientou mais uma vez a necessidade de criação do mosaico de UCs na região. Relatou que o ICMBio tem representação no Conselho Municipal de Turismo e no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães. Sugeriu que seja elaborado e encaminhado aos Conselhos Municipais da Região um documento apresentando a RB Pantanal e a sua importância para todos que estão inseridos no seu território. Informou que o ICMBio participou de uma reunião do Conselho Municipal de Turismo de Cuiabá para falar da concessão de uso do parque, mas a unidade não tem representação neste colegiado. Sugeriu a criação de material gráfico sobre a RB Pantanal específico para gestores municipais (prefeituras, secretarias de meio ambiente) e realizar reuniões com os prefeitos e câmaras de vereadores para divulgar a reserva. Quanto à captação de recursos informou que existe o Banco de Projetos (BAPRE) do Ministério Público Estadual (MPE) que financia principalmente projetos de ongs com recursos de multas. Para o ICMBio é difícil acessar recursos do BAPRE por ser um órgão do governo, mas existe a possibilidade de protocolar pequenos projetos voltados para a conservação e uso do PARNA. Em 2023 o ICMBio executou algumas ações que beneficiam o PARNA e, como consequência, a RB Pantanal. Salientou que o ICMBio deverá divulgar mais a RB Pantanal com o uso da logomarca da RB Pantanal. A primeira ação foi a concessão *“destinada à prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação dos serviços turísticos do PARNA da Chapada dos Guimarães, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão do parque”.* Esclareceu que é uma concessão pública somente dos serviços de visitação dos pontos turísticos definidos pelo órgão e não de acesso amplo ao parque. Essa é uma concessão federal na área de abrangência da RB Pantanal que poderá ser usada para divulgar a reserva. A RB Pantanal também poderá ter divulgação nas demais UCs localizadas na região e, assim, reforça a necessidade de se criar o primeiro mosaico da região. Informou que foi realizada a licitação na BOVESPA e no dia 05/04/2024 será assinado o contrato de concessão. Pediu desculpas antecipadas por ter de comentar a atitude do Governo do Estado de fomentar a anulação de duas licitações relacionadas à concessão de uso do parque. Esclarece que a MT Participações e Projetos S.A. (MTPar), empresa pública que auxilia o Governo do Estado de Mato Grosso na realização de ações com investimentos públicos e privados nas áreas social, de ciência e tecnologia, turismo, entre outras, participou da primeira licitação e foi desclassificada por não encaminhar toda a documentação exigida no processo. Informou que a MTPar entrou com uma ação judicial no Tribunal de Contas da União (TCU) contra o ICMBio visando cancelar a licitação. Complementou relatando que a área técnica do TCU afirmou que o terceiro processo de licitação foi legal e sem justificativas para anulação. A MTPar entrou com uma ação judicial no MPE e o processo foi arquivado por falta de justificativas técnicas e legais contra a última licitação. Afirmou que o Governo do Estado tem efetuado muitas críticas à Concessão do PARNA da Chapada dos Guimarães, inclusive com notícias não verdadeiras sobre a cobrança de R$ 100 dos trabalhadores de Cuiabá e Chapada dos Guimarães para visitação do parque. A cobrança de entrada existirá porque é uma Concessão, assim como se cobra na Salgadeira que é uma concessão do Estado. A mesma situação é observada no PE das Águas Quentes, que igualmente é uma concessão do Governo do Estado, onde é cobrado o valor de R$ 180 pelo uso de um dia das instalações da unidade (dayuse); não existe nenhuma política de descontos para trabalhadores de Cuiabá e Várzea Grande. Por outro lado, na concessão do parque está previsto o desconto para a população do entorno como uma política de valorização do PARNA da Chapada dos Guimarães. Desta forma, a população de Cuiabá, Várzea Grande e Chapada dos Guimarães pagará R$ 25 a partir do quinto ano da Concessão. Salientou que está expondo esses fatos neste fórum de instituições que trabalham com conservação da biodiversidade por dever de ofício como gestor do PARNA. É um ato de repúdio ao Governo do Estado. Salientou que o ICMBio nunca questionou qualquer Concessão de uso das UCs relacionadas ao Governo de Mato Grosso. Outra ação realizada pelo ICMBio foi estabelecer parcerias com a sociedade civil, Governo Municipal e Governo Estadual, entre 2020-2023, em atividades de monitoria de visitantes, formação de brigadas voluntárias, manutenção de estradas, eventos como o “Abraçaço no PNCG” contra a estadualização do PARNA e merece destaque a restauração de 1,3 ha de cerrado junto como o Movimento dos Sem Terra (MST). Nesta última atividade o MST trouxe trabalhadores de toda a baixada cuiabana e de Campo Verde e personalidades da área cultural de Cuiabá. Afirmou que o ICMBio participará do monitoramento da área recuperada. Reforçou que o ICMBio tem interesse em estabelecer novas parcerias como o Governo Estadual, que poderá ser iniciada com a proposição de criação e implementação do mosaico de UCs. Outra parceria importante foi estabelecida com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (United States Forest Service, USFS) com objetivo de o PARNA da Chapada dos Guimarães ser um “sítio demonstrativo” do manejo integrado do fogo no Brasil por meio de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o USFS e o Governo Federal, com participação do ICMBio, IBAMA, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Salientou que a inclusão do PARNA no *Projeto Fire-Adapt* em cooperação do ICMBio e outras 23 instituições de 10 países. Em 2024 deverá acontecer o evento *Fire Hub Brazil*, quando serão relatadas as ações de manejo integrado do fogo no Cerrado, no Pantanal e na Amazônia. Até o momento foram realizadas as seguintes ações: a) oficina de construção e manejo sustentável de trilhas, com a participação do SESC Pantanal e guias de turismo; o gerente da APA Chapada dos Guimarães foi convidado, mas não participou, b) oficina de gestão de segurança em UCs que foi realizada em outubro de 2023, quando foi discutido o Plano de Gestão de Segurança do PARNA; o ICMBio está articulado com o Serviço Geológico do Brasil, com geólogos que trabalham na Serra da Canastra e na APA de Fernando de Noronha para discutir a segurança dos visitantes em áreas de ruptura do relevo, c) Programa de Interpretação do PARNA que envolve a divulgação da RB Pantanal e outras parcerias do parque, d) curso de Oficial de Informação Pública para falar sobre incêndios florestais, e) curso básico do Sistema de Comando de Incidentes e f) encontro de brigadas voluntárias – intercâmbio com brigadas da FUNAI, ICMBio, IBAMA e mulheres que atuam como brigadistas em UCs. Em todas as ações o ICMBio buscou envolver gestores do Governo do Estado e do Município de Chapada dos Guimarães e guias de turismo que atuam no parque. Informou que o Portão do Inferno não é considerado uma área de uso público pelo ICMBio, mas que existe uma avaliação realizada pelo Governo do Estado. Relatou que o parque recebeu visitas de representantes do Serviço Florestal dos Estados Unidos e do Serviço Nacional de Parques do Estados Unidos. Destacou o trabalho do ICMBio na prevenção e manejo integrado do fogo, que incluiu o treinamento do Corpo de Bombeiros do Estado e a integração deste nas ações de campo de combate de incêndios desde 2017. Apresentou mapa mostrando que não ocorreram incêndios nas áreas manejadas com queima prescrita pelo ICMBio em 2020 e 2021. Esclareceu que podem ocorrer incêndios em outras áreas do parque, entretanto o ICMBio está executando queima de parcelas nestas possíveis áreas. O ICMBio atua também no combate aos incêndios florestais que ocorreram na APA Chapada dos Guimarães no sentido de evitar que o fogo atinja o PARNA. Complementou argumentando mais uma vez sobre a importância da criação do mosaico de UCs na região. Apresentou dois gráficos, um que mostra o histórico de incêndios no PARNA onde se vê a redução drástica dos incêndios no PARNA entre 2020 e 2023, como consequência da queima prescrita, passando de 7.760 ha em 2019 para 3.629 ha em 2023. Também é possível visualizar o aumento das áreas com queima prescrita, que passaram de 1.208 ha em 2020 para 3.626 ha em 2023. Em 2024 a extensão da área com incêndios vai depender do acúmulo de biomassa seca, das mudanças do clima e da capacidade do ICMBio contratar brigadistas para prevenção e combate. O segundo gráfico mostra a média histórica de incêndio durante a estação seca, evidenciando que nos meses de agosto e, principalmente, setembro o número de focos é maior. O trabalho com queima prescrita está resultando na mudança nos períodos de ocorrência de incêndios para os meses de maio, junho e julho. A queima prescrita consegue reduzir o risco de vidas humanas, de propriedades e da biodiversidade. Informou que vai disponibilizar no grupo do CERBPantanal-MT informações sobre as datas de queima prescrita no parque. |
| Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) | Agradeceu ao Fernando (ICMBio) pela apresentação. Comentou que a apresentação foi muito boa e que é importante conhecer o trabalho das demais instituições e entidades que compõem o comitê. Perguntou se alguém queria se manifestar sobre a apresentação. |
| Leandro (SEDEC) | Cumprimentou a todos e relatou que anotou as observações feitas pelo Fernando (ICMBio) que precisam de ação da SEDEC, como o andamento da construção do portal de entrada no parque. Relatou que fez a publicação da semana no Observatório do PARNA de Chapada dos Guimarães (<https://lookerstudio.google.com/reporting/265b857b-9db7-4b51-9015-117a51f2f0af/page/p_84l5luo3xc>) e também do PE Serra Azul, em Barra do Garças, MT. Informou que o Estado criou o Programa de Evolução Digital no Turismo MT (PED Turismo) que faz o monitoramento da “reputação online” de 1.300 locais, como o PARNA, que têm presença digital nos principais canais de avaliação e venda de pacotes online (Google, TripAdvisor,, Booking, Expedia, Hotéis.com, Trip.com, entre outros). O PED fornece indicadores e relatórios sobre o monitoramento, com base nas avaliações e opiniões dos visitantes, para 500 deles. Propôs que seja realizada capacitação sobre o programa e técnicas sobre como melhorar a presença digital em canais como o Google e TripAdvisorcom, para os servidores do parque, quando a SEDEC demonstrará como fazer análise dos relatórios e aplicar na gestão do parque. |
| Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) | Informou que o CN da RB Pantanal se reuniu com a Secretária Mauren Lazzaretti visando solicitar apoio, inclusive para elaboração do Plano de Comunicação da RB Pantanal, que será financiado pelo REM-MT. Esclareceu que seria importante que todas as UCs localizadas na área da reserva tenham pelo menos uma placa dizendo “Aqui é Reserva da Biosfera do Pantanal” com intuito de despertar o interesse dos visitantes. Com relação ao Geoparque informa que o CN e a equipe da UFMT solicitaram uma reunião com a Secretária da SEMA com intuito de verificar a possibilidade de execução de ações conjuntas entre as instituições, o que não aconteceu em função das agendas dos participantes. Acrescenta que o CN participou na avaliação do Geoparque por meio de reunião com o Coordenador Científico, Caio Gui, e os dois avaliadores da UNESCO que disseram não ser possível existir o Geoparque sem integração como a RB Pantanal, em Chapada dos Guimarães. Para ilustrar a situação uma avaliadora sugeriu que os participantes da reunião imaginassem como seria uma mãe com dois filhos que não se reconhecem, ou seja, a UNESCO tem dois filhos que não se falam. A avaliadora complementou dizendo que se não houver integração de ações com a RB Pantanal o Geoparque não será aprovado. No momento o CN da RB Pantanal e a UFMT estão elaborando a proposta de um projeto a ser executado em conjunto na região. O Geoparque está mais integrado na sociedade que a RB Pantanal, tem deputados que o apoiam, enquanto a RB está ainda conversando com os deputados. Acredita que esse espaço social será obtido com o tempo. Para ela a RB Pantanal deu ênfase às atividades com as UCs. |
| Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) | Agradeceu à profª Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) e solicitou ao Waldir (SINGTUR) que se manifestasse. |
| Waldir (SINGTUR) | Cumprimentou a todos. Comentou que o Fernando (ICMBio) apresentou uma avaliação do PARNA de Chapada dos Guimarães, mas quer entender como é feita a avaliação porque a visitação está muito restrita. Cita uma inciativa da SEMA ou SEDEC de percorrer a trilha “Tope de Fita” que está em conflito com o ICMBio. Acredita que a preservação do parque se dará por meio da visitação pública.  Pediu que o Leandro (SEDEC) o que está sendo avaliado no Programa PED Turismo. |
| Fernando (ICMBio) | Iniciou esclarecendo à profª Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) que conhece as ações da RB Pantanal desde que o Pantanal Mato-Grossense recebeu o título. Explicou que a ausência de comunicação foi citada no sentido muito restrito de estabelecer uma relação com os gestores municipais. Citou que o Secretário de Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães certamente não sabe nada sobre a RB Pantanal. Agendar uma reunião com os gestores dos municípios, entregando um documento sobre a RB Pantanal, é uma ação política junto aos tomadores de decisão locais. Perguntou ao Leandro (SEDEC) se a Croácia trata de uma área próxima à Salgadeira. |
| Leandro (SEDEC) | Respondeu que diz respeito a um Parque Nacional localizado no país Croácia que faz o monitoramento da unidade a partir da gestão digital. |
| Fernando (ICMBio) | Explicou ao Leandro (SEDEC) que o ICMBio tem uma metodologia própria de avaliação e monitoramento da visitação nas UCs, que não foi realizada pelo órgão no PARNA por falta de uma pessoa qualificada. Essa metodologia avalia não somente a qualidade da experiência, mas também a capacidade de suporte da trilha. Complementou dizendo que tal pessoa foi contratada no presente mês pelo ICMBio. Sugere que o ICMBio e a SEDEC-Turismo se reúnam para que o órgão apresente essa metodologia, que é padrão para todas as UCs federais, e ao final decidam como fazer o monitoramento da avaliação. Os dados referentes à avaliação serão disponibilizados para a SEDEC usar. Com relação à trilha “Tope de Fita” afirma que está de acordo como o Waldir (SINGTUR) porque é regra no ICMBio que a visitação é um serviço ecossistêmico das UCs e que auxilia na conservação das áreas. No entanto, salienta que é necessário ter em mente a realização de uma avaliação porque, por exemplo, não se sabe qual é a metodologia de avaliação do impacto usada para a “Tope de Fita”. É preciso definir quais são as estruturas que deverão ser colocadas para reduzir o processo erosivo grave nesta trilha, bem como os modelos de sinalização e operação a serem adotados. Considera errado se o modelo de operação exigir o acompanhamento dos visitantes por um guia de turismo, considerando que essa não é uma tendência em outros países. Por isso é essencial à instalação de estruturas de sinalização, que podem ser simples e de baixo custo. Informou que o ICMBio tem um modelo simples de sinalização que é o mesmo adotado pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos. Sendo assim, é fundamental que exista um projeto de manejo de trilha e sabe que este está sendo desenvolvido por grupo que usa a “Tope de Fita”, conforme anunciado em reunião com o ICMBio e a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL). Esclareceu que o ICMBio pretende estimular o uso mais frequente da “Tope de Fita”. Salienta que para o ICMBio é mais um produto oferecido na área da RB Pantanal e, talvez, dentro do mosaico de UCs da região. Se colocou à disposição para auxiliar na elaboração do plano de manejo dessa trilha. Reconheceu que existe um conflito relacionado com o uso da trilha dentro da área do parque porque o pessoal propôs realizar uma variação do caminho original, reconhecido pelo ICMBio, para acessar o Morro de São Gerônimo com cavalos, o que não é permitido pelo Plano de Manejo da UC. Outro ponto questionado pelo ICMBio é a realização de atividades dentro do Parque, ainda que em áreas sem regularização fundiária, sem autorização do órgão gestor. O ICMBio se reuniu com a ong Instituto INCA – Inclusão, Cidadania e Ação e o Governo do Estado para orientação sobre as atividades permitidas pelo Plano de Manejo e as autorizações exigidas pelo órgão. Informou que foi encaminhado uma proposta de projeto para avaliação pelo ICMBio. Salientou que a trilha “Tope de Fita” é considerada como patrimônio histórico tombado pelo Estado de Mato Grosso, entre outras localizadas no interior do parque, e por este motivo a SECEL deve ser consultada. |
| Waldir (SINGTUR) | Explicou que não tem interesse em fazer nada ilegal dentro do parque. |
| Fernando (ICMBio) | Salientou que para o ICMBio é muito importante que os frequentadores do parque saibam que existe um trabalho do órgão relacionado com a gestão de segurança dentro das UCs federais que deverá ser conhecido pelos gestores municipais e estaduais. |
| Hélida (SEMA) | Agradeceu a participação de todos na reunião e o repasse de informações aos membros do Comitê, mas defende que na presente reunião não deveria ocorrer discussões pontuais. Caso haja a necessidade de discutir algum ponto específico, como a segurança de todos os visitantes ao PARNA ou outros atrativos da RB Pantanal, que seja agendada uma reunião extraordinária. Lembrou aos presentes que a última pauta da reunião de hoje trata do selo INICIATIVA AMIGA RBP, Fase I, que foi concedido o selo com validade de 1 (um) ano à Aymara Lodge e à Usinas Itamarati. Solicitou que os membros se manifestassem sobre a possibilidade de renovação por mais um ano ou se o colegiado achar interessante a concessão seguindo a Fase II, sendo que esta exigirá uma discussão mais aprofundada e técnica em uma nova reunião. |
| Leandro (SEDEC) | Lembrou que foi o responsável pelo Parecer Técnico referente à Aymara Lodge e que pontuou em reunião anterior do Comitê a necessidade de discutir a segunda etapa do selo porque o documento deixado pelo WWF-Brasil não deixou claro como proceder nesta “Fase”. Sugere que a concessão do selo da Fase I seja prorrogada e a Fase II seja posteriormente discutida porque nesta última será necessária visita à empresa por membros do colegiado o que torna a avaliação mais ampla que permitirá a divulgação de empresas comprometidas com a conservação e uso sustentável da RB Pantanal. Informou que participou em 2023 do Prêmio Nacional do Turismo e observou várias empresas de MS que desenvolvem diversas ações em relação à sustentabilidade, impactos sobre o meio ambiente, controle da emissão de gases e pegada de carbono. |
| Hélida (SEMA) | Esclareceu que o WWF-Brasil entregou ao Comitê uma proposta de avaliação das iniciativas/empreendimentos/empresas para concessão do selo na Fase II, quando são apreciados 42 critérios e a sugestão da ong foi de avaliar uma empresa de turismo. Se comprometeu em encaminhar a planilha com os 42 critérios para apreciação de todos os membros do Comitê. Posteriormente se decidirá se o melhor é a formação de um Grupo de Discussão ou se uma reunião específica será suficiente. |
| Leandro (SEDEC) | Concordou com a proposta de Hélida (SEMA). Pediu desculpas por não se lembrar desse documento. |
| Sanny (Coordenadora do CERB Pantanal-MT) | Reforçou a necessidade de resgatar esse documento e promover uma nova discussão sobre a Fase II do selo e declarou que o colegiado poderá fazer uma nova reunião para tratar sobre este assunto. Perguntou se havia concordância dos membros presentes à reunião. |
| Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) | Solicitou esclarecimentos por não entender o porquê da empresa Usinas Itamarati receber o título. Afirma que foi questionada, mas sem citar quem, e não soube explicar uma vez que não participou do processo seletivo. Disse que precisa conhecer as regras para que, no futuro, a seleção seja de empresas que de fato desenvolvam boas práticas e que não tenham em seu histórico nada que comprometa sua imagem como empresa amiga da RB Pantanal. Complementou esclarecendo que a seleção de ser realizada de modo a não dar margem a críticas de terceiros. Comprometeu-se em buscar junto à UNESCO informações sobre critérios empregados em outros países da região IberoMab para seleção de empresas. |
| Hélida (SEMA) | Esclareceu que o WWF-Brasil contratou uma consultoria para definir os critérios de seleção de iniciativas/empreendimentos/empresas que poderiam receber o selo. Comentou que o desconhecimento da profª Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) é compreensível e se comprometeu a encaminhar todos os documentos relacionados ao selo no sentido de dirimir dúvidas. Salientou que a seleção de empresas pelo CERBPantanal-MT pode ser aperfeiçoada pelos membros em nova reunião. |
| Leandro (SEDEC-Turismo) | Explicou à profª Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) que a Fase I do selo é autoavaliativa, ou seja, a própria empresa faz avaliação com base em 10 critérios socioambientais. Informou que foi o parecerista da empresa Aymara Lodge e a partir do seu parecer técnico foi elaborado o da Usinas Itamarati. Sugere que o Comitê discuta em profundidade a avaliação da Fase II que é mais técnica e detalhada. |
| Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) | Informou que o último item da Ordem do Dia foi discutido e que a Hélida (SEMA) apresentaria dois informes. |
| Hélida (SEMA) | Informou que foi publicada a Portaria SEMA nº 180/2024 que trata do Calendário Anual de Reuniões Ordinárias do CERBPantanal-MT e que foi encaminhado a equipe do Programa REM-MT o Termo de Referência relativo à contratação de consultor para coordenar a elaboração do novo Plano de Ação da RB Pantanal, período 2024-2026/1. Salientou que a medida que à Coordenação do Comitê for recebendo informações relacionadas à RB Pantanal elas serão relatadas via grupo do whatsapp. |
| Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) | Reforçou que o repasse de informações via whatsapp é uma boa iniciativa, pois, desta forma, não se acumulam até a próxima reunião. |
| Carolina (Presidente do CN da RB Pantanal) | Explicou que o PA da RB Pantanal 2020-2023 seguiu as recomendações do Plano de Lima 2016, quando foi realizada a última reunião de todas as RBs do mundo. O novo encontro de RBs mundiais ocorrerá em 2025 na China, que será a nova referência para a elaboração de novos PAs. O PA 2024-2026/1 será de monitoramento e atualização, com reunião em MT e MS. Salientou que o Comitê de MS está se reestruturando e solicitou que a Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) agradeça à Secretária Mauren Lazzaretti pelo empenho junto ao Governo de MS para que seja dado continuidade à implementação das ações da RB Pantanal. Explicou que hoje a RB Pantanal está sendo reconhecida pela Rede Brasileira das Reservas da Biosfera depois da integração dos dois Comitês Estaduais. |
| Sanny (Coordenadora do CERBPantanal-MT) | Agradeceu a todos pela presença e explicou que muitos membros justificaram a ausência na reunião de hoje. Acrescentou que, embora a participação tenha sido menor, a reunião foi muito produtiva. Elogiou a apresentação da ong Panthera e do ICMBio e pediu que as apresentações fossem encaminhadas à Secretaria do Comitê. |

|  |
| --- |
| **Encerramento** |
| Nada mais havendo a declarar a Sra. Sanny Costa Saggin (SEMA) encerrou a reunião às 11 horas e 35 minutos e eu, Hélida Bruno Nogueira Borges, lavrei esta ATA que será avaliada pelos membros, sendo as sugestões e aprovação apresentadas via e-mail do Comitê pelos presentes à reunião virtual. |